

Fundação Coa Parque

Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Coa

Relatório e Contas | 2012

Relatório de Gestão de 2012

1. INTRODUÇÃO

A enorme responsabilidade nacional e internacional, que implica a gestão de um património cultural com o valor da Arte do Coa aconselha que, mesmo em contexto de grande contenção financeira, sejam disponibilizados os meios e as condições institucionais mínimas para a sua protecção e divulgação, conforme o compromisso que os Estados assumem como guardiões de um Património Mundial que interessa à Humanidade.

A Fundação Coa Parque, foi criada para gerir e dinamizar o processo; o Governo determinou nos seus estatutos para a *“prazo que a exploração do equipamento assegure um elevado nível de auto sustentabilidade e que o modelo organizacional do Museu e do PAVC responda às necessidades de uma gestão dotada de autonomia e capacidade de decisão concertada com a defesa do interesse público”*.

Se há casos em que se justifica pois, por discriminação positiva, a concessão do estatuto de Fundação, este é certamente um deles, pois se trata de cuidar de um muito valioso património – o maior parque de Arte Rupestre ao ar livre do mundo (o Património em causa excede os 20.000ha definidos para o Parque Arqueológico).

Os cinco organismos fundadores, sujeitos aos constrangimentos orçamentais conhecidos, procuram viabilizar o funcionamento da Fundação, apesar do atraso nas transferências orçamentais, o que muito condicionou o Plano de actividades e a gestão. Para a gestão, 2012 foi um ano difícil e atípico, como adiante se demonstrará.

2. PRINCIPAIS FACTOS

Dos principais factos ocorridos em 2012 destacam-se:

- *Janeiro de 2012* – Início da gestão com orçamento próprio. Criado o organograma da Fundação e instalados novos instrumentos de Gestão.
- *Fevereiro de 2012* – Instalação de desfibrilhador no Museu, pela Cruz Vermelha Portuguesa e formação de utilização; lançamento do projeto ALL to DOURO, (*Todos ao Douro*), em que a Fundação é um dos parceiros.
- *Março de 2012* – Apresentação no Museu do portal DOURO VALLEY, em colaboração com a Entidade Regional do Turismo do Douro
- *Abril de 2012* – Inauguração de exposição permanente de arqueologia em Foios (SABUGAL) “O RIO COA – da NASCENTE à FÓZ”; inauguração da exposição temporária no Museu “10 REGIÕES VINHATEIRAS PATRIMÓNIO MUNDIAL; visita de avaliação do técnico da UNESCO John Koll; início de conversas e negociação com parceiros económicos locais e regionais

para o desenvolvimento de projectos de interesse mútuo, potenciados pela economia da cultura.

- *Maio de 2012* – Inauguração da exposição temporária no Museu “NÓS NA ARTE”. O Museu do Coa nomeado pelo Fórum dos Museus Europeus, organização do Conselho da Europa, como um dos 10 melhores museus da Europa em 2012.
- *Junho de 2012* – Aprovação final do orçamento de funcionamento para 2012, da Fundação Coa Parque, pelo Conselho de Fundadores.
- *Julho de 2012* – Transferência dos funcionários do ex-Pavc/Igespar para o quadro de pessoal da Fundação. Conclusão do procedimento de selecção mediante concurso do concessionário para a exploração da cafetaria / restaurante do Museu.
- *Agosto de 2012* – Concerto nocturno no Museu pela Orquestra Sinfónica do Norte e coro. Grande susto: o Ministério das Finanças avalia o exercício das Fundações no triénio 2008-2010 e pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 92-A de 23 de Agosto anuncia a intenção do Governo extinguir a COA PARQUE (criada só em 2011): erro grosseiro que obrigou a gestão a dedicar-se a resolver um problema inesperado. Este anúncio marcou negativamente as negociações em curso, com vários parceiros do sector privado e condicionou os fundadores a efectuar as transferências orçamentais.
- *Setembro de 2012* – Festival CINECOA. Lançamento do vinho “MUSEU DO COA by LAVRADORES DE FEITORIA” com o enólogo da empresa e jornalistas da especialidade, no restaurante do Museu.
- *Outubro e Novembro de 2012* – Preparação de documento ao Governo, nos termos do artigo 100.º do CPA. Múltiplas reuniões com a Tutela e outros organismos governamentais, envolvidos na RCM n.º 92- A de 23/8.
- *Dezembro de 2012* – Lançamento no Museu, do Roteiro “COA & SIEGA VERDE – A Arte da Luz”, integrado nos eventos de comemoração do 14.º aniversário da classificação pela UNESCO da Arte Rupestre do Vale do Coa, Património Mundial.

3. ACTIVIDADE DESENVOLVIDA

A prioridade foi criar condições de funcionamento normal e garantir a sustentabilidade técnica do Museu e do Parque Arqueológico, com o reforço de recursos humanos, nas áreas de manutenção de equipamentos e das instalações e ainda no acolhimento do público.

Quando a Fundação iniciou funções, foi confrontada com diversas carências no funcionamento da organização. Havia falta de quase tudo quanto a materiais de aprovisionamento (papel A4, toner, papel para os sanitários do museu, produtos limpeza, lâmpadas, etc.), a manutenção das instalações era muitíssimo deficiente (só na área pública do Museu tiveram de ser substituídas 69 lâmpadas fundidas na primeira intervenção que a Fundação efectuou, a sinalização de segurança apagada e os sistemas de detecção incêndio e de intrusão inoperacionais, extintores fora de prazo de validade, etc.). A maior parte dos jipes estavam parados com avarias e sem a inspecção anual, por não ter sido autorizada em 2011. A administração central, através do Igespar assegurou a gestão financeira do Parque e do Museu até 31 de Dezembro desse ano.

3.1. Loja

Reconhecendo a importância que os artigos à venda na Loja do Museu têm na extensão cultural, na imagem e na comunicação com os visitantes, na promoção e divulgação do Vale do Coa, foram escolhidos produtos direccionados a diferentes públicos-alvo, incluindo produtos novos da região, relacionados com a missão da Fundação.

Estabeleceram-se parcerias com empresas privadas da região, para benefício mútuo de promoção dos seus produtos associando-se ao prestígio de um Sítio UNESCO – Património Mundial, a Arte Rupestre do Vale do Coa. *NOTA:* a 18 de Setembro, foi lançado um novo vinho de mesa tinto, por uma grande empresa regional, um *vinho-voucher* denominado “MUSEU DO COA by LAVRADORES DE FEITORIA”, e que tem a particularidade de, além da qualidade do produto, ter um voucher no gargalo da garrafa, que vale uma entrada no Museu. É um produto para a loja do museu, a pensar no comércio do Natal 2012, e que está à venda em garrafeiras especializadas da rede de distribuição do produtor.

Foram realizados contratos de consignação com várias entidades e empresas privadas. Este aspecto foi fundamental para criar sinergias e melhorar resultados, diversificar a oferta, aumentar os produtos comercializáveis directamente relacionados com o Museu e também para aumentar as vendas realizadas e obtenção de receita, sem encargos operacionais.

Em 2012 a loja deixou de depender da gestão do IGESPAR, I.P., passando a gestão comercial a ser feita pela Fundação. Para tal, houve a necessidade de adquirir o programa informático Artsoft e licença, à empresa Compulab, transitando dessa forma os dados de gestão da loja entre os dois organismos.

Para agilizar o atendimento ao público foi adquirido um leitor/scanner de código de barras e uma impressora de etiquetas correspondente. Foram igualmente instalados terminais de pagamento electrónico.

3.2. Parque Automóvel

O parque automóvel estava com problemas, isto é, 10 parados numa frota de 15 viaturas. No início de 2012 dos 8 jipes que transportam os turistas aos núcleos visitáveis do Parque Arqueológico havia 5 parados na garagem com avarias e outros sem a inspecção anual regularizada.

A manutenção do Parque auto de 15 viaturas, 70% inoperacional, quando o PAVC transitou do ex IGESPAR está nesta data 90% operacional e a custos reduzidos devido à contratação de mecânico através de contrato programa celebrado entre a Fundação e o IEFP de Torre de Moncorvo. Só aqui houve uma poupança nos custos em cerca de 60% e as viaturas ficaram operacionais.

Foi possível ainda alterar as condições de fornecimento de combustível contratualizando o serviço com a GALP. Até ao início de funções da Fundação as viaturas do PAVC iam abastecer gasóleo a Trancoso, tendo de viajar 120Km. Isto deveu-se à realização de um concurso público promovido em 2009 pela Administração central que seleccionara a empresa REPSOL, como único fornecedor dos serviços dependentes da área da Cultura, ignorando que a empresa não dispõe de postos de abastecimento em Foz Coa, nem nos concelhos limítrofes.

3.3. Comunicação | website, facebook, flyers, filme

Houve uma actuação constante ao longo do ano, de actualização e monitorização dos conteúdos destas duas ferramentas. Na rede social “Facebook” houve uma actualização diária de conteúdos da página do Museu do Coa, seguida por cerca de 7000 *amigos*, com um alcance estimado de cerca de 15.000 pessoas.

Fornecimento de conteúdos e monitorização regular da opinião dos visitantes na página referente ao Museu/Parque do Coa, no sítio Web de aconselhamento turístico “TripAdvisor”.

Foram também realizadas, com a colaboração de um técnico de informática externo à Fundação, acções de melhoramento e actualização da estrutura do site, com a introdução de novos menus. Procedeu-se ainda à recolha sistemática, para arquivo em formato digital, de informação importante sobre o Coa, nomeadamente vídeos e cartazes, estando os últimos já disponibilizados no site.

Foram elaborados flyers e cartazes para o Museu; bilhetes-voucher; brochura para os Serviços Educativos; melhorou-se a sinalização no interior e exterior do Museu e foi trabalhada a Imagem promocional da Fundação em Jornais e revistas;

Prestou-se aconselhamento técnico e científico, e apoio logístico durante a rodagem de filme “O ANTROPOMORFO”, realizado por Vítor Alves e Miguel Aguiar, uma Produção: LX Filmes.

3.4. Monitorização, prospecção, inventariação, investigação da arte do Coa e apresentação de resultados

Foi dada continuidade ao trabalho, de monitorização do estado de conservação dos sítios arqueológicos e da fotografia digital da arte rupestre. No tocante à prospecção, é de relevar a descoberta de três sítios novos com arte rupestre, Ribeira do Molha Pão, Gamoal e Poio, assim como o aumento do inventário em 71 novas rochas, passando-se para 79 sítios identificados com 1146 rochas inventariadas na arte do Côa.

A Fundação Coa Parque, desde Junho de 2012 colabora num novo projecto de investigação, intitulado “ART-FACTS. Contextos arqueológicos da Arte Esquemática no Vale do Coa”, da responsabilidade dos arqueólogos João Muralha, Lara Bacelar Alves, Mário Reis e Bárbara Carvalho. É um projecto cujas principais acções terão lugar nos próximos anos, tendo-se este ano procedido à escavação arqueológica do abrigo com pinturas da Ribeirinha, devidamente autorizada pela Tutela.

3.5. Publicações

Do trabalho que tem vindo a ser realizado por arqueólogos da Fundação e investigadores externos, em 2012 há novidades editoriais, artigos científicos que aprofundam o conhecimento da Arte do Coa:

AUBRY, Thierry; LUÍS, Luís & DIMUCCIO, Luca Antonio (2012) – Nature vs. Culture: present-day spatial distribution and preservation of open-air rock art in the Côa and Douro River Valleys (Portugal). *Journal of Archaeological Science*. 39 (4), p. 848-866. doi: 10.1016/j.jas.2011.10.011 Impact Factor: 1,914.

- AUBRY, Thierry; LUÍS, Luís; MANGADO Llach, Javier; MATIAS, Henrique (2012) – We will be known by the tracks we leave behind: Exotic lithic raw materials, mobility and social networking among the Côa Valley foragers (Portugal). *Journal of Anthropological Archaeology*. 31 (4), 528–550. doi: 10.1016/j.jaa.2012.05.003 Impact Factor: 1,508.
- AUBRY, Thierry; LUÍS, Luís (2012) – Umwelt und sozialer Kontext der paläolithischen Freilandkunst im Côa-Tal (Portugal). In DALLY, Ortwin; MORAW, Susanne; ZIEMSEN, Hauke, eds. (2012). *Bild - Raum - Handlung: Perspektiven der Archäologie [Image – Space – Performance: Perspectives of Archaeology]*. Berlin: De Gruyter, p. 69-103. [Disponível em: <http://www.degruyter.com/view/books/9783110266344/9783110266344.69/9783110266344.69.xml>]
- AUBRY, T., DIMUCCIO, L.A., ALMEIDA, M., BUYLAERT, J.P., FONTANA, L., HIGHAM, T., LIARD, M., MURRAY, A., NEVES, M.J., PEYROUSE, J.B., WALTER, B. (2012). Stratigraphic and technological evidences from the Middle Palaeolithic-Châtelperronian-Aurignacian record at the Bordes-Fitte rockshelter (Roches d'Abilly site, Central France). *Journal Human Evolution*, 62: 116-137. (Impact factor 3,638)
- AUBRY, T. (2012). Estudo de vestígios líticos pré-históricos recolhidos na *pars rústica* da Villa romana do Rabaçal. In: Actas do encontro internacional sobre Ciência e novas tecnologias aplicadas à arqueologia na Villa romana do Rabaçal, Penela, Terras de Sicó, Portugal, Coord. Ed M. Pessoa, 160-169.
- AUBRY, T. (2012). A arte rupestre paleolítica: a placa do Fariseu. In: Catálogo da exposição, GALLAECIA PETREA, Xunta de Galícia, Conselleria de Cultura Edición e Ordenación Universitária, Fundación Cidade da Cultura de Galicia: 126-127.
- AUBRY, T., ALMEIDA, M., CANDELA, P., CHAUVIÈRE, F.-X., DIMUCCIO, L., FONTANA, L., LIARD, M., MARQUET, J.-C., NEVES, M.J., PEYROUSE J.B., WALTER, B. (2012) Bilan des campagnes de fouille programmées de 2008 à 2011 sur le site des Roches d'Abilly: Une nouvelle référence pour le Paléolithique moyen et supérieur. *Bulletin des amis du Musée du Grand-Pressigny*, 63 : 113-123.
- AUBRY, T., SAMPAIO J.D. (2012) Novos dados para a abordagem técnica da arte rupestre e móvel do Vale do Côa. In: Sanches J. (coord.), *1ª Mesa-Redonda, Artes rupestres da Pré-História e da Pré-história: paradigmas e metodologias de registo*. Lisboa, D.G.P.C., Trabalhos de Arqueologia 54: 185-206
- CUNHA, P.P., ALMEIDA, N.A.C., AUBRY, T., MARTINS, A., MURRAY, A.S., BUYLAERT, J.P., SOHBATI, R., RAPOSO, L., ROCHA, L. (2012). Pleistocene sedimentary and human occupation records in the Arneiro depression (Lower Tejo River, central eastern Portugal). *Geomorphology* (165-166): 78-90. (I.F. 2,52)
- FERNANDES, A.P.B., (2012) Natural Processes in the Degradation of Open-Air Rock-Sites: An Urgency Intervention Scale to Inform Conservation. Bournemouth: Bournemouth University, School of Applied Sciences. (Tese de Doutoramento)
- LUÍS, Luís (2012) – Da parede para a folha: Arte paleolítica e Banda desenhada. *Al-Madan Online*. 17 (1) 2ª Série, p. 194-196. [Disponível em: <http://www.almadan.publ.pt/17Adenda194-196.pdf>]
- LUÍS, Luís (2012) – Desenhos animados! Uma gramática do movimento para a arte paleolítica do vale do Côa. In SANCHES, Maria de Jesus, coord. - *1ª Mesa Redonda Artes Rupestres da Pré-história e da Proto-História: Paradigmas e Metodologias de Registo*. Lisboa: DGPC (Trabalhos de Arqueologia; 54), p. 69-80.
- Real, F (2012) – O Património do Coa como um activo para o desenvolvimento; COAVISÃO, Economia, Ciência e Cultura, n.º 14, V N Foz Coa (p.55 – 59).

3.6. Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor (AHBS)

Enquadramento

A construção da Barragem do Baixo Sabor, foi precedida de um processo de avaliação de Impacte Ambiental (AIA). No que refere ao descritor *Património Cultural* a Autoridade de AIA, determinou a realização do inventário do Património existente na área de influência da barragem (albufeira, estaleiro, acessos, etc.) e a adoção de medidas de minimização.

Entre 2009 e 2010 coube ao IGESPAR.IP através do seu serviço Parque Arqueológico do Vale do Coa (PAVC), na qualidade de organismo de Tutela do Património Cultural, efetuar a fiscalização das medidas preconizadas *Plano de Salvaguarda do Património (PSP)*, emitir pareceres técnicos, analisar relatórios de progresso e finais dos trabalhos arqueológicos realizados no que respeita à arte rupestre, à Pré-História e à preservação *in situ* de maciços rochosos com arte rupestre e ainda integrar o grupo de trabalho de acompanhamento com as outras entidades envolvidas na elaboração e aprovação da PSP.

Actividades desenvolvidas

Com a reforma da Administração Pública em curso, em 2012 tais competências transitaram parcialmente para a Direcção Regional da Cultura do Norte (DRCN) e o PAVC foi integrado na FUNDAÇÃO COA PARQUE. Os técnicos que sempre fizeram a fiscalização e acompanhamento destes trabalhos, estão sediados em Foz Coa, pelo que foi acordado entre o IGESPAR, a DRCN e Fundação manterem as funções acima designadas por haver uma proximidade geográfica, por serem conhecedores do processo, e poderem dar continuidade, sem interrupções.

A Fundação tem vindo a assegurar os encargos financeiros com a logística e o apoio técnico nas ações de acompanhamento e de fiscalização, com base no referido acordo, na importância deste projeto para o país e no elevado valor cultural do património que tem vindo a ser identificado e registado no Vale do Sabor. A equipa é formada por dois técnicos que dedicam cerca de 30% do seu tempo a este projeto, dispondo dos meios logísticos necessários.

Dos resultados assinalados pela fiscalização há a realçar o elevado profissionalismo da equipa de arqueologia de campo, os 178 relatórios técnicos produzidos durante o ano em análise e a extraordinária descoberta de novos sítios arqueológicos, de que a arte móvel do paleolítico e da Idade do ferro se destacam, pela elevada qualidade patrimonial e interesse científico, a nível internacional.

Prevê-se que o projeto fique concluído em 2014 após o enchimento da albufeira da barragem, com a monitorização das ações de preservação *"in sit"* de vestígios arqueológicos com arte rupestre e a conclusão dos estudos para publicação dos resultados.

3.7. Acordos de colaboração | Protocolos

Para imprimir uma forte dinâmica ao conjunto Museu e Parque Arqueológico do Vale do Coa, procurou-se estabelecer um relacionamento estreito com agentes locais, regionais e nacionais, de diferentes sectores da sociedade portuguesa – económicos, culturais e institucionais, sempre com o objetivo da salvaguarda e divulgação do património à guarda da Fundação e do cumprimento do serviço público.

Nesta conformidade, em 2012 a Fundação Coa Parque celebrou os seguintes protocolos:

Entidade	Objecto do protocolo
Universidade da Beira Interior	Estabelecimento de relações institucionais e preparação de exposição sobre o castelo de Castelo Melhor
Côa Bus	Promover e desenvolver laços de cooperação com a empresa com vista ao desenvolvimento económico e promoção turístico-cultural da região do Vale do Coa
Ravinas do Coa	Promover e desenvolver laços de cooperação com a empresa com vista ao desenvolvimento económico e promoção turístico-cultural da região do Vale do Coa
Sabor, Douro e Aventura	Promover e desenvolver laços de cooperação com a empresa com vista ao desenvolvimento económico e promoção turístico-cultural da região do Vale do Coa
Quinta do Chão D'Ordem	Promover e desenvolver laços de cooperação com a empresa com vista ao desenvolvimento económico e promoção turístico-cultural da região do Vale do Coa
Quinta de Pêro Martins	Promover e desenvolver laços de cooperação com a empresa com vista ao desenvolvimento económico e promoção turístico-cultural da região do Vale do Coa
Dourototal	Promover e desenvolver laços de cooperação com a empresa com vista ao desenvolvimento económico e promoção turístico-cultural da região do Vale do Coa
Cisterna	Promover e desenvolver laços de cooperação com a empresa com vista ao desenvolvimento económico e promoção turístico-cultural da região do Vale do Coa

Miles, Lda.	Desenvolver laços de cooperação entre a Coa Parque e a Miles com vista à dinamização e diversificação da oferta turística no território do PAVC e no Museu do Coa, tendo em conta o desenvolvimento económico e promoção turístico-cultural da região dos vales dos rios Coa e Douro
Douro Azul	Promover visitas ao Museu do Coa integradas nas viagens fluviais no Douro Superior
Agrupamento Vertical Escolas VNFC	Estabelecer, entre as duas entidades, as actividades a desenvolver pelo formando durante a formação prática em contexto real de trabalho
Associação Luzlinar	Exposição antológica temporária de arte contemporânea
Junta de Freguesia de Muxagata	Manter aberto o Centro de Receção de Muxagata
Fundação Rei Afonso Henriques	Cedência temporária e gratuita da exposição fotográfica sobre a rota Douro Duero
ACÔA, CMVNFC, Cenários D'Ouro e Longomai	Dinamização de visitas escolares, didáticas, formativas e turísticas ao Museu do Coa
Ensiguarda	Realização de estágio profissional em Comunicação, Turismo e Multimédia
Centro de Gestão da Empresa Agrícola Entre Douro e Côa	Reforçar a qualificação escolar e profissional dos habitantes da região

3.8. Museologia

Preparação e montagem das seguintes exposições

Exposição permanente “*Coa: Reinventar a Arte da nascente à foz*” no centro interpretativo “Portas do Coa” (Foiros, Sabugal).

Exposição temporária em Março e Abril: “Entre Nós/*Unter uns* – Uma escultura de Maria Lino” e Preparação, para 2013, da exposição antológica de Maria Lino.

Exposição “*10 Regiões vinhateiras Património da Humanidade*”, em parceria com a Estrutura de Missão do Douro Vinhateiro

3.9. Serviço Educativo

O Museu e o Parque Arqueológico do Vale do Coa apresentam actividades pedagógicas diversas, direccionadas ao público infantil, crianças de diferentes idades, a grupo familiares (pais e filhos) que se inscreveram em actividades e a lares de população sénior; tais actividades abordam a arte, a arqueologia e o património natural do Vale do Coa, designadamente a geologia, a fauna e a flora. Moldar o barro e a abordagem a possíveis sonoridades paleolíticas, foram outras actividades desenvolvidas.

Promoveu a realização de oficinas de arqueologia experimental (Pequenos Arqueólogos, visitas ao núcleo de Penascosa + Jogo Pré-História, e um *peddy-paper* “Caça à Gravura no Museu”) realizadas no Museu do Coa e em escolas da região. A oficina pedagógica “*Pequenos Arqueólogos*” foi revista do ponto de vista pedagógico e melhorada com a aquisição de novos materiais (caixa de madeira, colherins, baldes, vassouras). Para as férias da Páscoa 2012 foi

concebido um Programa de actividades específico. Para os meses de verão foi concebido um programa para famílias “*Sábados no Museu do Coa*”.

É de salientar o Projecto “*O Coa na Escola*” iniciado há três anos, nas Actividades Educativas do Parque Arqueológico do Vale do Coa (PAVC). Tem-se desenvolvido em colaboração com a Escola Tenente Coronel Adão Carrapatoso de Vila Nova de Foz Coa. Pretende-se que as informações transmitidas nas acções realizadas, direccionadas para os alunos do 3º Ciclo e do Secundário, contemplem os conteúdos dos programas das disciplinas de História, Ciências Naturais, Biologia e Geologia.

Em 2012 verificou-se uma redução na marcação de visitas escolares, a maior parte provenientes de escolas da periferia das cidades de Lisboa e Porto ou de outras localidades do litoral. Foi efectuada uma divulgação das actividades junto das escolas, que amavelmente agradeciam e manifestavam indisponibilidade em aderir, devido a constrangimentos orçamentais para transportar os alunos a visitas de estudo.

Realização de 46 Visitas ao Museu, nos fins-de-semana de serviço (visitas a grupos com marcações prévias e a visitantes regulares a partir do *meeting point*).

3.10. “Provere”

Preparação e submissão das candidaturas às entidades gestoras do programa comunitário PROVERE, a CCDR-N e a CCDR-C, formalizadas em 2012. A Fundação tem aprovado 10 candidaturas. O valor global das candidaturas é de 1.000.000 de euros. A candidatura ao co-financiamento, não foi maior, face à contenção financeira e ao orçamento aprovado para 2012.

CCDR-N

- *Programação Cultural do Parque Arqueológico/Museu do Coa.*
- *Actualização/valorização da museologia do Museu do Coa.*
- *Melhoria das condições de segurança, visitação e acessibilidade do Museu do Coa*
- *Arranjo paisagístico do núcleo da Canada do Inferno, Centro de Acolhimento, Guardaria e Percurso Pedestre*
- *Valorização do Núcleo da Penascosa.*

CCDR-C

- *Plano de Comunicação da Arte do Vale do Coa.*
- *Actividades Educativas do Parque Arqueológico/Museu do Coa.*
- *Edição de materiais de divulgação e apoio aos centros de interpretação e recepção.*
- *Reedição “Terras do Côa, da Malcata ao Reboredo”.*
- *Exposição itinerante da Arte do Vale do Coa.*

3.11. Seguros

Foram elaborados quatro Cadernos de Encargos (CE) para a contratação de seguros em 2013, a saber:

- a) Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil Automóvel para a frota automóvel Coa Parque.
- b) Seguro de Acidentes Pessoais para os visitantes do Museu do Coa e Núcleos de Gravuras.
- c) Seguro de Acidentes de Trabalho para os trabalhadores ao serviço da Coa Parque.
- d) Seguro de Riscos Eléctricos para o edifício do Museu do Coa.

No final do ano, os CE estavam em apreciação jurídica.

4. ESTATÍSTICA – VISITANTES

A inauguração do Museu em 30 de Julho de 2010, fez duplicar o número de visitantes ao Vale do Coa. Como é habitual, a curiosidade de conhecer um novo equipamento cultural, anunciado desde 1996 e que foi sendo construído ao longo do mandato de 6 Governos e de 8 Ministros da Cultura, um projecto que passou por momentos de decisões políticas que à época levantaram controvérsia pública e alteraram a orientação inicial de edificar o museu no local da barragem, uma obra de arquitectura seleccionada em concurso internacional por um júri credível e com um programa museológico que foi muito ponderado e inovador no âmbito dos museus portugueses, justificam a procura inicial. Nos 46.396 visitantes, estão incluídos os visitantes de escolas de todos os graus de ensino.

Número de visitantes ao Vale do Coa

2009, 2010, 2011 e 2012



Em 2012, há um decréscimo no número de visitantes. Este é um fenómeno geral que se está a viver nos museus e monumentos visitáveis em Portugal.

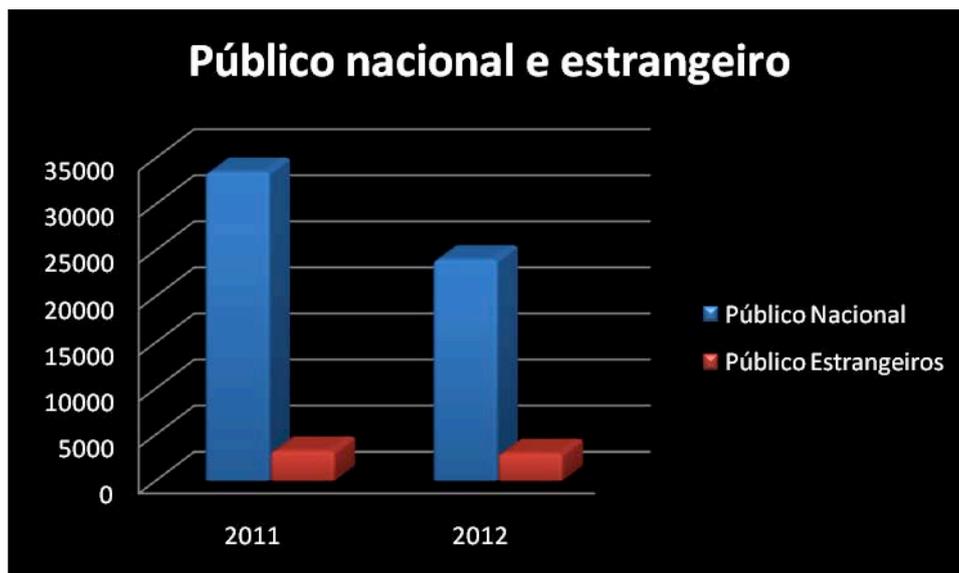
Explica-se essencialmente por três factores:

- A curiosidade inicial do público mais atento à actividade cultural do País estar satisfeita.
- A crise financeira em que o País está envolvido, associado ao facto de 97% dos visitantes serem nacionais residentes no litoral, conjugado ainda com a introdução de portagens nas principais rodovias de acesso, no início de 2012. A redução de visitantes espanhóis foi enorme.
- Por a Arte do Coa, estar localizada numa região com um turismo de baixa densidade, uma região do interior, despovoada nos dois lados da fronteira e longe dos centros urbanos mais habitados.

2011 - 2012



Verifica-se ainda que, entre os 32.629 visitantes referidos em 2012, houve uma redução significativa na procura pelas escolas relativamente a 2011 e uma maior procura por turistas que partem à descoberta do Douro Superior.



Relativamente aos 3 núcleos preparados para a visita pública no território do Parque arqueológico, também muito procurados em complemento da visita ao Museu, exigiram uma logística significativa, de que se apresentam os seguintes elementos:

Visitas aos Núcleos (em viaturas) | 2012

	Canada	Piscos	Penascosa	TOTAL
Agendadas	370	50	1075	1495
Efectuadas	220	47	754	1021

Proporcionaram a visita guiada às gravuras a cerca de 6.702 (*elementos apurados nos relatórios dos vigilantes*)

Visitas (viaturas) e visitantes – Operadores privados | 2012

No ano de 2012, os Operadores Privados registaram **603 entradas** (visitas) nos núcleos de arte rupestre, o que traduziu a realização de visita guiada a **3203 visitantes**.

Este tipo de visita e de oferta turística são muito procuradas por turistas estrangeiros.

5. RESULTADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS

Como referido, em 2011 o IGESPAR assegurou as despesas de funcionamento da Fundação até 31 de Dezembro.

2012 é o 1.º ano de exercício de gestão da Fundação, com orçamento próprio. Com rigor na aplicação dos recursos disponíveis, foi possível fazer muito com poucos meios, devido à gestão de proximidade descentralizada, às parcerias e ao contínuo combate ao desperdício; há

diminuição efectiva das despesas, relativamente ao antecedente. Houve redução de 20% a 70% em várias despesas de funcionamento. Foi aprovado um orçamento de € 1.463.835 para o funcionamento da Fundação em 2012, valor este estimado face às despesas do IGESPAR em 2011 e aos encargos que transitaram. As despesas reais de funcionamento em 2012 ascenderam a 1.263.575,44 € — ver as peças finais que constituem parte integrante do Relatório e Contas de 2012, onde se apresenta: balanço, demonstração dos resultados, fluxos de caixa e outras peças.

5.1. Análise Patrimonial

As demonstrações financeiras da Cõa Parque — Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Coa (Coa Parque), relativas ao exercício de 2012, apresentam um Activo Líquido de 1.728.718,84 euros, um valor de Fundos Patrimoniais de 1.575.785,48 euros, sendo o seu passivo no valor de 152.933,36 euros.

Rubrica	(valores expressos em euros)	
	2012	2011
Fundos Patrimoniais	1.575.785,48	1.604.648,66
Passivo	152.933,36	89.422,65
Activo líquido	1.728.718,84	1.694.071,31

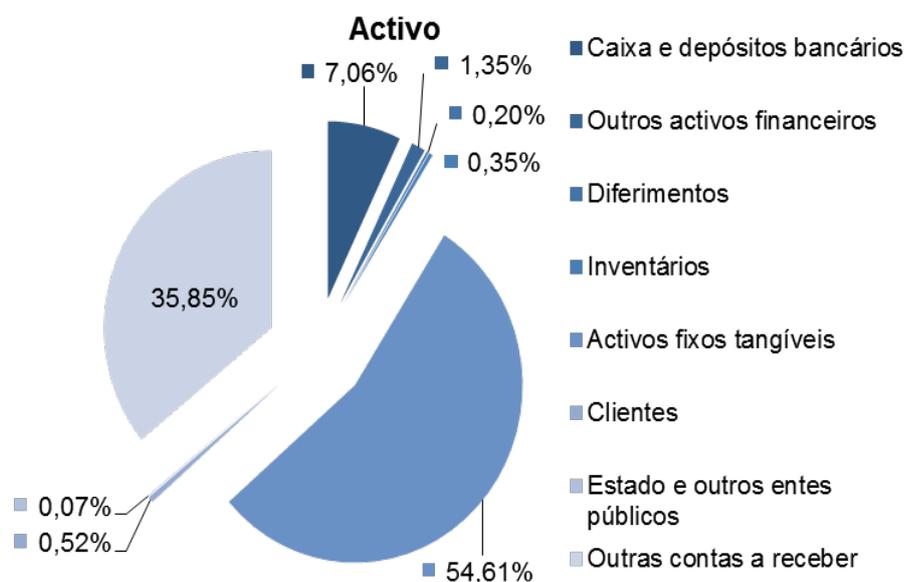
O valor do activo líquido aumentou ligeiramente entre 2011 e 2012, sendo financiado maioritariamente por fundos patrimoniais. Em termos gráficos podemos visualizar a estrutura do balanço na figura seguinte.

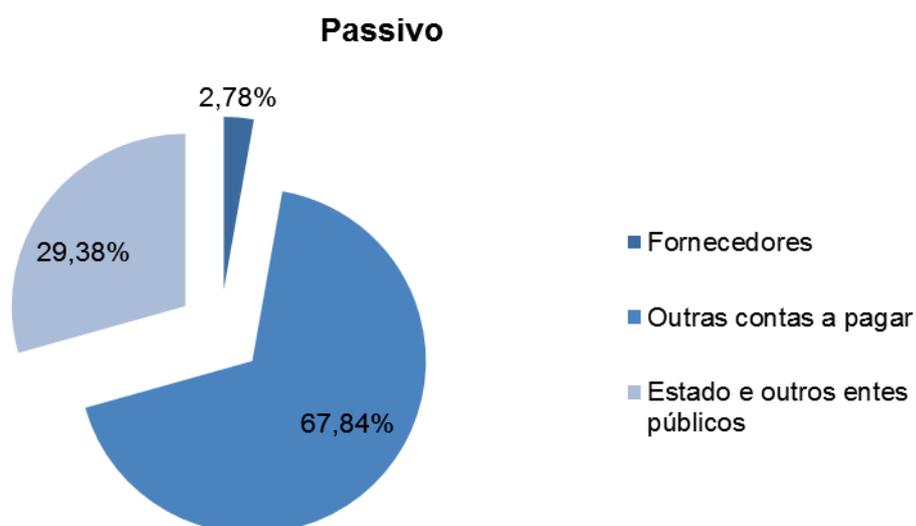


Todas as rubricas do activo estão valorizadas pelo custo de aquisição (Princípio do Custo Histórico) à excepção dos bens doados pelo IGESPAR. Os Fundos Patrimoniais derivam dos fundos provenientes dos vários fundadores e do valor dos bens constante na contabilidade do IGESPAR à data em que foram doados por aquela entidade à Coa Parque.

Estrutura do Ativo	2012		2011	
	Valor	Peso (%)	Valor	Peso (%)
Caixa e depósitos bancários	122.006,24	7,06%	454.475,52	26,83%
Outros activos financeiros	23.310,30	1,35%		
Diferimentos	3.429,41	0,20%		
Inventários	6.071,53	0,35%	2.036,69	0,12%
Activos fixos tangíveis	944.050,40	54,61%	1.237.398,60	73,04%
Clientes	8.939,01	0,52%	160,50	0,01%
Estado e outros entes públicos	1.147,69	0,07%		
Outras contas a receber	619.764,26	35,85%		
Total	1.728.718,84	100%	1.694.071,31	100%

Estrutura do Passivo	2012		2011	
	Valor	Peso (%)	Valor	Peso (%)
Fornecedores	4.247,24	2,78%	7.786,22	8,71%
Outras contas a pagar	103.752,11	67,84%	13.137,64	14,69%
Estado e outros entes públicos	44.934,01	29,38%	8.498,79	9,50%
Diferimentos			60.000,00	67,10%
Total	152.933,36	100,00%	89.422,65	100,00%





Analisando alguns aspectos do Balanço, podemos constatar que, em termos globais, o mesmo não apresenta variações relevantes de 2011 para 2012.

No que se refere aos seus valores Activos, as rubricas que, de longe, mais se destacam são as dos Activos Fixos Tangíveis e de Outras contas a receber, assumindo as restantes valores pouco significativos.

No domínio dos Activos Fixos Tangíveis (cujos valores são apresentados na tabela acima em termos líquidos), verificou-se uma descida do valor do mesmo em quase 300.000 €, facto que resulta do fraco nível de investimento realizado em 2012. Por conseguinte, a descida do valor em causa está relacionada com o efeito “Amortizações do Exercício”.

Ao nível da rubrica de Outras Contas a Receber, o saldo apresentado em 2012 está em grande parte relacionado com os subsídios do próprio ano que a Coa Parque tem direito a receber dos seus membros fundadores, por forma a fazer face aos gastos decorrentes da sua actividade operacional.

As restantes rubricas que compõem o Activo, além de se revelarem pouco significativas, apresentam um comportamento que não exige comentários.

Quanto ao Passivo da instituição, o mesmo apresenta-se estruturado em duas componentes relevantes: “Estado e outros entes públicos” e “Outras contas a pagar”.

Quanto ao valor das dívidas ao Estado e outros entes públicos, observa-se uma quantia de dívidas em mora em mais de 25.000,00 €, o que agrava o saldo decorrente das contribuições e retenções efectuadas durante o mês de Dezembro de 2012 e que foram pagas em Janeiro de 2013.

Ao nível da rubrica de Outras Contas a Pagar, seguindo o princípio da especialização dos exercícios, a entidade registou a estimativa do valor de férias e subsídio de férias a pagar em 2013 aos seus funcionários, sendo esta responsável por mais de 93.000,00 € dos 103.752,11 € constantes daquela rubrica.

De resto, a variedade das rubricas que compõe a estrutura do Passivo da entidade não é suficientemente extensa, a ponto de merecer comentários adicionais aos aqui tecidos.

5.2. Análise dos Resultados

O Resultado Líquido do exercício é positivo, no montante de 163.591,83 euros.

Por detrás deste montante, encontram-se, sobretudo, os subsídios atribuídos ou a atribuir por cada membro fundador da Coa Parque e a imputação ao ano de 2012 do valor das doações em espécie efectuadas pelo IGESPAR, as quais correspondem a um conjunto numeroso de bens móveis ao serviço da Fundação e que haviam sido adquiridos pelo IGESPAR, na medida das depreciações do exercício desses bens, já que o comportamento das restantes rubricas de rendimentos é completamente insuficiente para fazer face aos gastos operacionais que a entidade tem de suportar.

Em termos gráficos, a evolução dos resultados apresenta-se do seguinte modo:



5.3. Estrutura dos Rendimentos

Da análise aos rendimentos, depois do referido no ponto anterior, apenas a acrescentar que as Vendas e serviços prestados ascenderam a 158.818,87 euros. Estes rendimentos têm a sua origem, sobretudo, nas receitas de bilheteira obtidas pela entidade e na venda de artigos na loja do Museu do Coa.

Rendimentos e Ganhos	2012	
	Valor (€)	Peso (%)
Vendas e serviços prestados	158.818,87	9,12%
Subsídios, doações e legados à exploração	1.269.074,89	72,85%
Outros rendimentos e ganhos	314.104,45	18,03%
Total de Rendimentos	1.741.998,21	100,00%

Apresenta-se, de seguida, a estrutura dos rendimentos inerente ao funcionamento da Coa Parque.



5.4. Estrutura dos Gastos

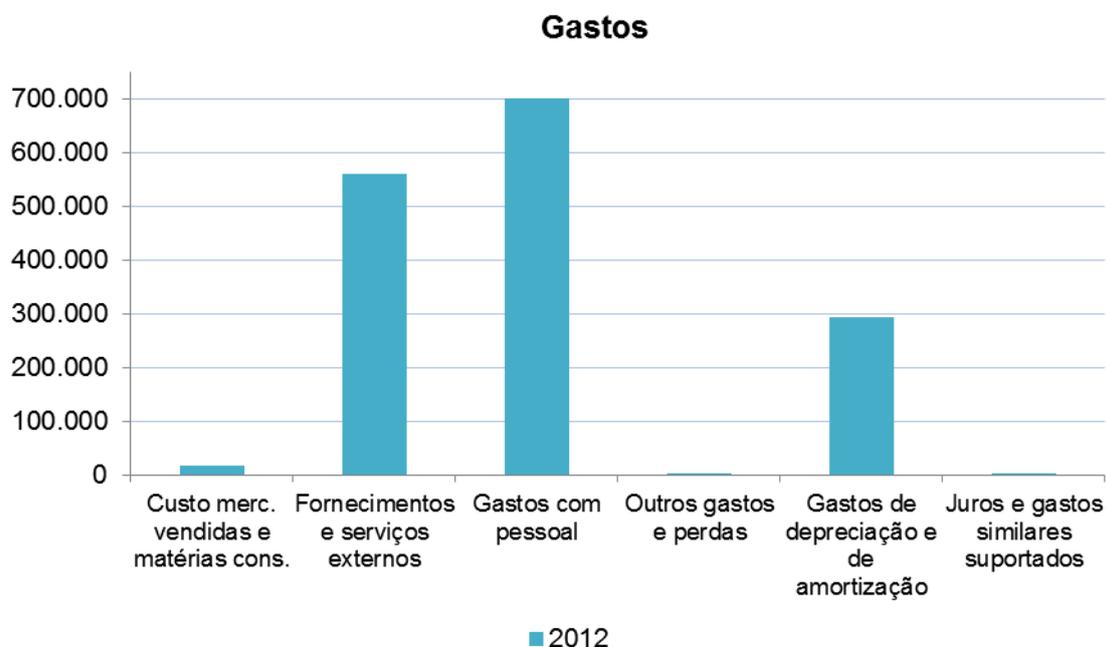
Em 2012 a estrutura de gastos apresentou-se como se segue:

Gastos e perdas	2012	
	Valor (€)	Peso (%)
Custo merc. vendas e matérias cons.	17.349,76	1,10%
Fornecimentos e serviços externos	560.919,86	35,54%
Gastos com pessoal	700.565,25	44,38%
Outros gastos e perdas	2.090,33	0,13%
Gastos de depreciação e de amortização	293.807,10	18,61%
Juros e gastos similares suportados	3.674,08	0,23%
Total de Gastos	1.578.406,38	100,00%

Desta estrutura de gastos, de destacar a importância dos Gastos com o Pessoal, que assumem quase 50% do total de gastos suportados pela Coa Parque. Se a estes *juntarmos os Fornecimentos e Serviços Externos* ficam, desde logo, justificados cerca de 80% dos gastos da

entidade, na medida em que esta recorre a serviços, nomeadamente de vigilância e segurança, por forma a conseguir desenvolver a sua actividade.

Em termos gráficos, assim se pode representar a estrutura de gastos da Coa Parque:



A principal fonte de **Receitas próprias** é proveniente da **bilheteira** das visitas ao museu e ao território do Parque Arqueológico. A redução de 7.000 visitantes, deve-se a razões da conjuntura nacional. Actualmente os turistas que visitam o Vale do Coa e o Douro Superior, é de origem nacional (cerca de 97%). Mesmo assim as receitas não diminuíram em relação ao ano anterior devido à introdução de uma nova política de preçários e pela primeira vez, se ter obtido receita dos operadores privados que estão creditados pela Fundação. Foram já criadas 7 empresas privadas para as visitas ao Parque Arqueológico. Esta medida de gestão teve início em 1 de Agosto de 2012 e permite atingir 6 objectivos:

- 1) Obter receita directa, sem custos operacionais.
- 2) Aumentar a oferta da visita ao território do Parque Arqueológico.
- 3) Reduzir os encargos com os combustíveis e a manutenção das viaturas da Fundação.
- 4) Libertar os guias da Fundação para outras tarefas e funções, na base da polivalência e da valorização das suas competências.
- 5) Participar a sociedade civil, mesmo que simbolicamente, nos encargos com a vigilância e a manutenção dos núcleos visitáveis.
- 6) Promover a economia da cultura e fomentar a economia regional.

Relativamente ao **Merchandising** mantêm-se os valores do ano anterior, apesar da redução de 7.000 visitantes. Houve uma reorganização da loja e um envolvimento de produtores locais,

que utilizam a loja do Museu para dar visibilidade aos seus produtos, vendidos à consignação, com uma percentagem de lucro para a Fundação, que varia entre 20 a 40%.

6. RECURSOS HUMANOS

Em 2012, a Fundação teve 40 trabalhadores permanentes, com a média etária de 37 anos, constituindo uma equipa motivada para a missão que lhe foi confiada.

O quadro de pessoal é constituído por funcionários que transitaram do ex-IGESPAR mantendo vínculo à Administração Pública (32), 7 funcionários com Contratos de Trabalho Individuais (7 CTI) em regime de direito privado e 1 trabalhador regulamentado por Contrato Programa, celebrado entre a Fundação e o IIEP de Torre de Moncorvo.

Com os 7 CTI (*técnicos de informática, serviço educativo, limpeza, manutenção de equipamentos, e guias - vigilantes*) ficou assegurada a sustentabilidade técnica.

As necessidades de Recursos Humanos para a vigilância, foi resolvida com a celebração de um Contrato de Prestação de Serviços de Vigilância e Segurança no Parque Arqueológico e no Museu do Côa, a empresa da especialidade.

Para desenvolvimento das competências no trabalho, a Fundação registou 30 horas de formação interna. (NOTA: *Em Fevereiro e em Dezembro pela CVP e AMB andou 2 dias/campo, Jaime A. deu formação a Daniela Marafão, houve formação aos novos guias e houve ainda deslocação de 10 técnicos aos trabalhos arqueológicos no SABOR*).

Tratando-se de uma fundação pública, com 32 funcionários que mantêm vínculo à Administração Pública, tem sido processado o carregamento periódico dos dados de Recursos Humanos da Fundação Coa Parque, no SIOE — Sistema de Informação da Organização do Estado.

7. PERSPECTIVAS

A sustentabilidade do projecto cultural do Coa passa pelo equilíbrio entre 3 parâmetros:

- A. As acções realizadas.
- B. O escrupuloso cumprimento pelos fundadores das suas obrigações.
- C. O envolvimento da população local e agentes económicos, com vista ao enraizamento do equipamento cultural (museu e parque arqueológico) na cultura e na economia regionais.

A perspectiva para 2013, é que será um ano de adaptação às novas regras definidas para as fundações e difícil de gerir, com a redução do orçamento, inicialmente já muito contido. A Lei n.º 24/2012 de 9 de Julho, que aprova a Lei-quadro das Fundações, irá provocar alteração na gestão em 2013, face ao novo regime jurídico aplicável, conjugado com a Resolução de

Conselho de Ministros 13-A /2013 de 8 de Março que determina uma redução nos apoios financeiros de mais 30% e com a Portaria n.º 125/2013 que regulamenta os termos e a tramitação das transferências orçamentais para as fundações.

No actual contexto nacional, não há meios para a produção de grandes exposições, salvo se houver o envolvimento de parceiros vocacionados para o efeito, que as co-financiem. Há que inovar para assegurar um progressivo nível de auto sustentabilidade, pelo que haverá os contactos possíveis e várias iniciativas para trazer ao projecto cultural do Coa, parcerias públicas e privadas que estejam interessadas em se associar. As candidaturas ao PROVERE, já aprovadas, e em fase de assinatura de contratos com as Unidades de Gestão do QREN, permitirão desenvolver de forma contida, a programação cultural prevista para 2013 e preparar 2014.

Estão a ser testadas na Fundação ou em preparação para 2013, as seguintes iniciativas

7.1. Associando sempre o Património Cultural da região a produtos de excelência da região, promoção mensal de jantares aos fins-de-semana, mediante inscrição, de eventos de degustação ou provas (vinho, azeite, doçaria, queijo, fumeiro, mel, frutos secos, entre outros) com o envolvimento dos produtores e a participação da sociedade civil.

NOTA No vale do Coa e no Douro Superior, são produzidos dos melhores vinhos do mundo (ex: Vale Meão, Barca Velha, Duas Quintas, Duorum, ...) seleccionados por peritos da especialidade. O azeite, o fumeiro e queijos são outras riquezas que podem ser valorizadas com a projecção mundial do Património Cultural do Douro e do Vale do Coa. A amêndoa e as amendoeirais são uma riqueza subaproveitadas e que está intimamente ligada à paisagem cultural do Côa e da Arte Rupestre.

7.2. Promover 2 exposições temporárias e actualizar pontualmente a exposição permanente.

7.3. Diversificar a oferta, alargando o número de Sítios visitáveis de Arte Rupestre e o modo de organizar as visitas, para nichos de mercado interessados em Turismo Cultural e Turismo de Natureza.

7.4. Dinamizar uma rede de locais com interesse Patrimonial e Turístico, designadamente Monumentos, quintas e outras áreas de interesse. Esta rede, englobará parcerias diversas, com entidades privadas e públicas. Está já em preparação a articulação em rede com a Junta de Castela e Leão para o Sítio de Siega Verde, que a UNESCO classificou em Agosto de 2010 como extensão da Arte Rupestre do Vale do Côa.

7.5. Reutilização dos terrenos da albufeira da barragem do Coa que transitaram da REN para o Património do Estado e deste para o Património da Fundação. Decorre o processo de registo patrimonial dos terrenos, através da Secretaria-geral da Presidência do Conselho de Ministros, com o acompanhamento da Fundação. Existem privados que manifestaram interesse no aproveitamento agrícola de tais terrenos.

7.6. Licenciamento para utilização do heliporto, anexo ao Museu. A modalidade de exploração ainda está em estudo. Pretende-se promover com regularidade, visitas ao Museu e ao Vale do Coa, de um nicho de mercado específico, através deste meio aéreo.

7.7. A Fundação estabeleceu em Julho de 2012 uma parceria com a empresa de cruzeiros Douro Azul, com vista a captar visitantes por via fluvial. Em 2013 será reavaliado o acordo existente.

7.8. Na mesma linha estratégica, foi celebrado em Julho um acordo com a CP (Comboios de Portugal) e uma agência de viagens, que proporciona visitas em transporte ferroviário ao Museu do Coa, o qual será mantido.

7.9. Está em preparação com o concessionário do restaurante a comercialização de um bilhete económico que atraia visitante, com uma oferta que inclui visita ao parque arqueológico, ao museu e inclui o almoço.

7.10. Seguindo esta mesma estratégia estão em fase de assinatura, protocolos de mútuo interesse com unidades hoteleiras da região, que canalizam visitantes para o Museu do Coa, assim como a realização de acções de formação de professores, creditadas pelo Ministério da Educação, salientando a Arte na Educação, a Evolução humana desde a Pré-história, a preparação de visitas de grupos escolares ao Coa, etc.

7.11. Com as Autarquias locais da Associação de municípios do Vale do Coa, e Associações de desenvolvimento, realização no Museu de eventos de mútuo interesse (musicais, feiras, exposições, festival de cinema).

7.12. A UNESCO declarou 2013, o Ano Internacional da cooperação pela água. Estão a ser programadas actividades com outras entidades que pretendem desenvolver, ao longo do ano, o tema da água, numa perspectiva cultural multidisciplinar.

8. PROPOSTA DE EXTINÇÃO DA FUNDAÇÃO

Inesperadamente, decorrente de um processo em curso no Ministério das Finanças de avaliação do exercício das Fundações no triénio 2008-2010 surge a Resolução do Conselho de Ministros n.º 92-A de 23 de Agosto, que anuncia a intenção do Governo extinguir a Fundação COA PARQUE (criada só em 2011): erro grosseiro que obrigou a gestão a dedicar-se a resolver um problema imprevisível, dado a Fundação ter iniciado funções com o Governo em exercício, terem decorrido apenas 8 meses de gestão e não existirem indicadores que fizessem prever essa medida.

Foi algo tão atípico que deixou o Conselho de Administração e todos os funcionários e colaboradores perplexos.

A RCM n.º 92-A, para além dos vícios de natureza jurídica, explicados no documento da audiência prévia enviado à Secretaria de Estado da Reforma Administrativa/Comissão de avaliação das Fundações, só se compreende pelo desconhecimento da realidade. A concretizar-se a extinção da Fundação Coa Parque, teria consequências negativas, sem a contrapartida de benefícios operacionais, económicos, financeiros ou sociais. Prevaleceu o discernimento, tendo sido publicada 8 meses mais tarde, em data posterior a 31/12/2012 mas antes da conclusão deste relatório, uma nova RCM n.º 13-A de 8 de Março, que decide pela continuidade da Fundação, mas aplicando-lhe um corte cego de 30%.

Se prevaleceu o discernimento quanto à vantagem para o Estado em gerir os Sítios arqueológicos do Vale do Coa, através de um modelo de gestão descentralizado, faltou o bom senso. O orçamento aprovado em 2012 foi exaustivamente analisado e era o mínimo necessário. O corte anunciado de 30% em relação ao ano anterior não faz sentido, uma vez que o corte indicado recai sobre a média dos orçamentos aprovados entre 2008 e 2010, datas em que a Fundação não existia. Um facto é certo: este anúncio marcou negativamente as negociações em curso, com vários parceiros do sector privado, desestabilizou a equipa da Fundação e levou os fundadores a não efectuar ou a adiar as transferências orçamentais a que estavam obrigados, uma vez que a fundação seria extinta. É este um novo problema a resolver, na medida em que põe em causa a sustentabilidade da Fundação.

9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Tratando-se da Instituição que somos, naturalmente que a proposta de aplicação dos resultados que o Conselho de Administração aqui expressa vai no sentido de que os mesmos sejam mantidos em resultados Transitados, com vista a:

- Cobrir o prejuízo inerente apurado em 2011;
- Servir de cobertura a eventuais prejuízos que venham a ser apurados em exercícios futuros.

10. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração agradece aos trabalhadores o esforço e dedicação com que se empenharam para, apesar de todas as dificuldades e constrangimentos orçamentais, ter sido possível obter os resultados descritos neste relatório.

O Conselho de Administração agradece ao Fiscal Único, à Caixa Geral de Depósitos — agência de Foz Côa, ao Gabinete jurídico Dr. Álvaro Matos, à empresa de contabilidade ACONTA, a colaboração e o apoio ao longo do exercício.

Fernando Real

Presidente do Conselho de Administração

Entidade: Cõa Parque - Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Cõa

O total dos rendimentos obtidos no ano de 2012, conforme quadro abaixo perfaz um total de **1.741.998,21€**.

Contas	Gastos	2012	Orçamento	Desvio	Observações
71/72	Vendas e serviços prestados	158.818,87	200.000,00	-41.181,13	
75	Subsídios à exploração			0,00	
75201	IGESPAR, I. P.	697.880,52	697.880,52	0,00	
75202	ENTIDADE REGIONAL DE TURISMO DO	253.774,73	253.774,73	0,00	
75203	ARH DO NORTE, I.P.	253.774,73	253.774,73	0,00	
75204	MUNICIPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÕA	50.754,95	50.754,95	0,00	
75205	ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS DO VALE	12.688,74	12.688,74	0,00	
75206	IEFP	201,22		201,22	
	Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, asso			0,00	
74	Trabalhos para a própria entidade			0,00	
77	Aumentos/reduções de justo valor			0,00	
78/79	Outros rendimentos e ganhos	306.153,16	293.807,10	12.346,06	
79	Juros e rendimentos similares obtidos	7.951,29		7.951,29	
				0,00	
		1.741.998,21	1.762.680,77	-20.682,56	

O Conselho de Administração

O-TOC

 José Presença



Entidade: C6a Parque - Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do C6a
 Balanço em 31.12.2012 e 31.12.2011

Unidade monetária: €

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31.12.2012	31.12.2011
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	944.050,40	1.237.398,60
Bens do patrim6nio hist6rico e cultural			
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Fundadores/benem6ritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
		944.050,40	1.237.398,60
Ativo corrente			
Invent6rios	6	6.071,53	2.036,69
Clientes	11	8.939,01	160,50
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes p6blicos	7 ; 11	1.147,69	
Fundadores/benem6ritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	8 ; 11		
Outras contas a receber	8 ; 11	619.764,26	
Diferimentos		3.429,41	
Outros ativos financeiros	4 ; 11	23.310,30	
Caixa e dep6sitos banc6rios	4 ; 11	122.006,24	454.475,52
		784.668,44	456.672,71
Total do Ativo		1.728.718,84	1.694.071,31
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	8	495.555,50	395.000,00
Excedentes t6cnicos			
Reservas			
Resultados transitados		(26.462,48)	
Excedentes de revaloriza6o			
Outras varia66es nos fundos patrimoniais	3 ; 8	943.100,63	1.236.111,14
		1.412.193,65	1.631.111,14
Resultado l6quido do per6do	10	163.591,83	(26.462,48)
Total dos Fundos patrimoniais		1.575.785,48	1.604.648,66
PASSIVO			
Passivo n6o corrente			
Provis6es			
Provis6es espec6ficas			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
Passivo corrente			
Fornecedores	11	4.247,24	7.786,22
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes p6blicos	11,13	44.934,01	8.498,79
Fundadores/benem6ritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	8		60.000,00
Outras contas a pagar	11,13	103.752,11	13.137,64
Outros passivos financeiros			
		152.933,36	89.422,65
Total do Passivo		152.933,36	89.422,65
Total dos Fundos patrimoniais e do Passivo		1.728.718,84	1.694.071,31

O Conselho de Administra6o

O TOC

 José Prod6ncio
 Relat6rio de Gest6o e Contas 2012 - Balanço

Côa Parque – Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa
Museu do Côa
5150 – 642 Vila Nova de Foz Côa

NIPC 510 058 086

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2012

ANEXO

1 – Identificação da entidade:

1.1 *Designação da entidade:* Côa Parque – Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa

1.2 *NIPC:* 510 058 086

1.3 *Sede:* Museu do Côa – Vila Nova de Foz Côa

1.4 *Natureza da Actividade:* A Côa Parque – Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa é uma fundação pública com regime de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº 35/2011, de 8 de Março. A fundação tem como objectivo gerir, de forma integrada, o património arqueológico, paisagístico e cultural do Vale do Côa.

1.5 Sempre que não exista outra referência, os montantes encontram-se expressos em euros.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o sistema de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março.

Os correspondentes instrumentos legais, abreviadamente designados por NCRF-ESNL, são:

- Portaria nº 105/2011, de 14 de Março – Modelos de Demonstrações Financeiras;
- Portaria nº 106/2011, de 14 de Março – Código das Contas;
- Aviso nº 6726- B/2011, de 14 de Março – NCRF-ESNL;
- Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho – SNC.

2.2 - *Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade:*

No presente exercício não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL.

2.3 - *Indicação e comentário das contas do balanço e das demonstrações dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:*



Côa Parque – Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa
Museu do Côa
5150 – 642 Vila Nova de Foz Côa

NIPC 510 058 086

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2011 não são comparáveis porque os gastos mais relevantes, incluindo os gastos com pessoal, foram suportados pelo então IGESPAR.

A Fundação só entregou a sua declaração de início de actividade na A.T. em 15 de Dezembro de 2011, sendo que as suas operações, durante o referido exercício e do ponto de vista contabilístico-fiscal, apenas se circunscreveram a quinze dias de actividade. Pelo contrário, a entidade laborou durante todo o exercício de 2012, pelo que as contas referentes a este já reflectem um ano completo de operação.

Nas condições acabadas de expor, a magnitude e a natureza dos valores constantes das Demonstrações Financeiras de 2011 e 2012 não são comparáveis.

3 – Principais políticas contabilísticas:

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da FUNDAÇÃO, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL).

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados pelo valor constante dos registos contabilísticos do IGESPAR à data da transferência para a FUNDAÇÃO, deduzido das correspondentes depreciações. O modelo de valorização dos elementos que compõem o Activo Fixo Tangível é o modelo do custo.

A vida útil e o método de amortização dos vários bens são revistos anualmente.

O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados por naturezas.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício.

IMPARIDADE DE ACTIVOS

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis da entidade com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

INVENTÁRIOS

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento.



Côa Parque – Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa
Museu do Côa
5150 – 642 Vila Nova de Foz Côa

NIPC 510 058 086

RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;

A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;

O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente das transferências dos fundadores é reconhecido pelo justo valor do montante a receber.

O rédito de juros é reconhecido pelo valor efectivamente recebido e/ou quando vencer o direito a tal recebimento, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Fundadores e outras dívidas de terceiros

As dívidas dos fundadores são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros.

As dívidas de “outros terceiros” encontram-se mensuradas ao custo.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Periodizações

As transacções são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” e “Diferimentos”.

Caixa e Depósitos Bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.



Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídios de alimentação, subsídios de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo Conselho de Administração.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

3.2 - Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Fundação Côa Parque.

3.3 - Principais fontes de incerteza das estimativas:

Não existem fontes de incerteza relevantes com relação às estimativas efectuadas.

4 – Fluxos de caixa:

4.1 - Comentário do conselho de administração sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Todas as quantias de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso, com excepção de dois depósitos a prazo. Neste caso, a entidade contratualizou um depósito a prazo pelo montante de € 100.000,00, cujo vencimento teve lugar já no ano em curso, e um outro por € 5.000,00 com vencimento em janeiro de 2015. A sua pronta mobilização implica a perda de juros corridos. No que se refere aos activos financeiros detidos pela entidade, estes refletem a cotação de mercado das respectivas unidades de participação à data de 31 de dezembro de 2012 e podem a qualquer momento ser convertidos em dinheiro, ao valor da respectiva cotação à data da conversão/realização.

4.2 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.



Côa Parque – Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa
Museu do Côa
5150 – 642 Vila Nova de Foz Côa

NIPC 510 058 086

(valores expressos em euros)

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31.12.2012			31.12.2011		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário	180,90		180,90	494,05		494,05
	Subtotais	180,90		180,90	494,05		494,05
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	16.825,34		16.825,34	153.981,47		153.981,47
	Depósitos a prazo	105.000,00		105.000,00	300.000,00		300.000,00
	Subtotais	121.825,34		121.825,34	453.981,47		453.981,47
Outros equivalentes de caixa	Activos financeiros	23.310,30		23.310,30			
	Subtotais	23.310,30		23.310,30			
Totais		145.316,54		145.316,54	454.475,52		454.475,52

Na divulgação dos fluxos de caixa foi utilizado o método directo, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da Fundação.

5 - Activos fixos tangíveis:

Divulgações sobre activos fixos tangíveis.

a) Bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta.

A base de mensuração usada assenta no valor constante dos registos contabilísticos do IGESPAR, à data da transferência para a Fundação Côa Parque.

O modelo subjacente à valorização dos vários elementos que compõem o Activo Fixo Tangível é o modelo do custo.

b) Métodos de depreciação usados.

As depreciações dos activos fixos tangíveis são calculadas numa base sistemática, segundo o método da linha recta.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas.

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos ativos fixos tangíveis	Bens do domínio público			Bens do património histórico, artístico e cultural			Outros ativos fixos tangíveis		
	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo
Vidas úteis							4 - 8 anos	4 anos	3 - 8 anos
Taxas de depreciação							12,5 - 25%	25,00%	12,5 - 33,33%
Métodos de depreciação							Linha recta	Linha recta	Linha recta



Côa Parque – Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa
Museu do Côa
5150 – 642 Vila Nova de Foz Côa

NIPC 510 058 086

d) *Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período; e*

e) *Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os activos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.*

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas e movimentos do período em ativos fixos tangíveis		Bens do domínio público			Bens do património histórico, artístico e cultural		Outros ativos fixos tangíveis			Ativos fixos tangíveis em curso		Totais
		Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	
Em 01/01/2011	Quantias brutas escrituradas											
	Depreciações acumuladas											
	Perdas por imparidade acumuladas											
	Quantias líquidas escrituradas											
Movimentos do período 2011	Adições	Aquisições							1.931,10			1.931,10
		Estimativa de custos de desmantelamento e remoção										
		Trabalhos para a própria entidade										
		Outras					1.186.322,23	65.530,00	277.269,42			1.529.121,65
	Revalorizações	Acréscimos por revalorização										
		Decréscimos por revalorização										
	Transferências	De ativos intangíveis em curso										
		Outras										
	Diminuições	Alienações										
		Abates										
		Outras										
	Depreciações	Aumentos de depreciações					(185.395,37)	(16.382,50)	(91.876,28)			(293.654,15)
		Reversões de depreciações										
	Perdas por imparidade	Aumentos de perdas por imparidade										
Reversões de perdas por imparidade												
Em 31/12/2011 (01/01/2012)	Quantias brutas escrituradas						1.186.322,23	65.530,00	279.200,52			1.531.052,75
	Depreciações acumuladas						(185.395,37)	(16.382,50)	(91.876,28)			(293.654,15)
	Perdas por imparidade acumuladas											
	Quantias líquidas escrituradas						1.000.926,86	49.147,50	187.324,24			1.237.398,60
Movimentos do período 2012	Adições	Aquisições								458,90		458,90
		Estimativa de custos de desmantelamento e remoção										
		Trabalhos para a própria entidade										
		Outras										
	Revalorizações	Acréscimos por revalorização										
		Decréscimos por revalorização										
	Transferências	De ativos intangíveis em curso										
		Outras										
	Diminuições	Alienações										
		Abates										
		Outras										
	Depreciações	Aumentos de depreciações					(185.395,37)	(16.382,50)	(92.029,23)			(293.807,10)
		Reversões de depreciações										
	Perdas por imparidade	Aumentos de perdas por imparidade										
Reversões de perdas por imparidade												
Em 31/12/2012	Quantias brutas escrituradas						1.186.322,23	65.530,00	279.659,42			1.531.511,65
	Depreciações acumuladas						(370.790,74)	(32.765,00)	(183.905,51)			(587.461,25)
	Perdas por imparidade acumuladas											
	Quantias líquidas escrituradas						815.531,49	32.765,00	95.753,91			944.050,40



Côa Parque – Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa
Museu do Côa
5150 – 642 Vila Nova de Foz Côa

NIPC 510 058 086

6 - Inventários:

6.1 - Políticas contabilísticas adoptadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada.

Inventários: políticas contabilísticas adotadas na mensuração e fórmulas de custeio			Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refulgos	Produtos e trabalhos em curso
Critérios de mensuração	Fins industriais ou comerciais	Custo histórico	✓				
		Valor realizável líquido					
		Justo valor menos os custos de vender					
	Fins sociais	Custo histórico					
		Custo corrente					
Custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atuais	Custos de compra (aquisição)	Preço de compra	✓				
		Direitos de importação e outros impostos não recuperáveis das autoridades fiscais					
		Custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à aquisição	✓				
		Dedução de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes	✓				
	Custos de conversão (produção)	Custo dos materiais diretamente relacionados com as unidades de produção					
		Mão de obra direta					
		Gastos gerais de produção fixos imputados com base na capacidade normal das instalações					
	Outros custos	Gastos gerais de produção variáveis imputados com base no uso real					
		Gastos gerais que não sejam industriais					
		Custos de concepção de produtos para clientes específicos					
Técnicas de mensuração do custo	Custos padrão regularmente revistos						
	Outras	✓					
Fórmulas de custeio das saídas de armazém	Identificação específica do custo dos inventários vendidos ou consumidos						
	Fórmula da primeira entrada, primeira saída (FIFO)						
	Custeio médio ponderado	✓					

As mercadorias encontram-se mensuradas ao custo de aquisição. O custo da aquisição inclui eventuais despesas incorridas até ao armazenamento. O sistema de inventário utilizado é intermitente.

6.2 - *Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas.*



Côa Parque – Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa
Museu do Côa
5150 – 642 Vila Nova de Foz Côa

NIPC 510 058 086

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de inventários		Mercadorias e matérias de consumo			Inventários de produção			Totais
		Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Subtotais	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso	
31.12.2012	Inventários armazenados na entidade	6.071,53		6.071,53				6.071,53
	Inventários que se encontram fora da entidade	Em trânsito						
		Em poder de terceiros						
	Adiantamentos por conta de compras com preço previamente fixado							
	Perdas por imparidade							
		6.071,53		6.071,53				6.071,53
31.12.2011	Inventários armazenados na entidade	2.036,69		2.036,69				2.036,69
	Inventários que se encontram fora da entidade	Em trânsito						
		Em poder de terceiros						
	Adiantamentos por conta de compras com preço previamente fixado							
	Perdas por imparidade							
		2.036,69		2.036,69				2.036,69

Espera-se que todas as quantias escrituradas de inventários sejam recuperadas num prazo inferior a doze meses, por via da comercialização correspondente.

6.3 - *Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período.*



Côa Parque – Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa
Museu do Côa
5150 – 642 Vila Nova de Foz Côa

NIPC 510 058 086

(valores expressos em euros)

Quantias reconhecidas como gastos durante o período com relação às mercadorias e às matérias de consumo			Período 2012			Período 2011			
			Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais	
Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Compras	Inventários no começo do período		+	2.036,69		2.036,69		
		Compras		+	21.384,60		21.384,60	2.036,69	2.036,69
		Devoluções de compras		-					
		Descontos e abatimentos em compras		-					
			=	+	21.384,60		21.384,60	2.036,69	2.036,69
	Reclassificações e regularizações	Reclassificações		+/-					
		Perdas em sinistros		-					
		Perdas por quebras		-					
		Outras perdas		-					
		Ofertas e amostras		-					
		Ganhos em sinistros		+					
		Ganhos por sobras		+					
		Outros ganhos		+					
			=	+					
		Inventários no fim do período		-	(6.071,53)		(6.071,53)	(2.036,69)	(2.036,69)
	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		=	17.349,76		17.349,76			
	Perdas em inventários		+						
	Ofertas e amostras de inventários		+						
	Perdas por imparidade		+						
	Totais		=	17.349,76		17.349,76			

7 – Rédito

7.1 - Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transacções que envolvem a prestação de serviços.

Os réditos associados às vendas de mercadorias são reconhecidos imediatamente após a consumação de tais vendas, a qual se traduz na entrega das mercadorias aos clientes, procedendo-se à emissão do documento de venda logo após a referida entrega.

No que se refere às prestações de serviços, os réditos correspondentes são reconhecidos no momento dessa prestação, com base nos tickets e/ou facturas emitidos a propósito.



Côa Parque – Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa
Museu do Côa
5150 – 642 Vila Nova de Foz Côa

NIPC 510 058 086

7.2 - *Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, incluindo o rédito proveniente de:*

- a) *Venda de bens;*
- b) *Prestação de serviços;*
- c) *Juros;*
- d) *Royalties;*
- e) *Dividendos.*

(valores expressos em euros)

Quantias dos réditos reconhecidas no período	Período 2012			Período 2011		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Venda de bens	45.957,78	27,56%	9389,53%	484,30	31,17%	
Prestação de serviços	112.861,09	67,67%	10453,39%	1.069,43	68,83%	
Juros	7.951,29	4,77%				
Royalties						
Dividendos						
Totais	166.770,16	100%	106,34	1.553,73	100%	

8 – Subsídios do Governo e apoios do Governo:

8.1 - *Política contabilística adoptada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adoptados nas demonstrações financeiras.*

Os subsídios do Governo (no caso, dos fundadores da Fundação Côa Parque – IGESPAR, Município de V. N. Foz Côa, E. R. Turismo do Douro, A. R. H. do Norte e Assoc. Municípios do Vale do Côa) destinados a financiar a actividade operacional da entidade são directamente registados em rendimentos do exercício, qualificando-se como subsídios à exploração.

Quanto às doações dos Activos não correntes – Activos fixos tangíveis – por parte do IGESPAR, as mesmas encontram-se apresentadas no Balanço como componente do Capital Próprio. Tais doações são imputadas a rendimentos do exercício na proporção das depreciações efectuadas nesse exercício.

8.2 - *Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que directamente se beneficiou.*



Côa Parque – Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa
Museu do Côa
5150 – 642 Vila Nova de Foz Côa

NIPC 510 058 086

No que diz respeito ao valor dos subsídios destinados à exploração obtidos pela entidade em 2012 (os quais foram directamente levados a rendimentos), o mesmo elevou-se a 1.269.074,89 €.

Nos Balanços da entidade, ao nível dos Capitais Próprios reportados a 31/12/2011 e 31/12/2012, encontram-se reconhecidas doações directamente associadas aos Activos não correntes pelos valores de 1.236.111,14 € e 943.100,63 €, respectivamente.

Por seu turno, em cada um daqueles dois exercícios esta tipologia de subsídios teve um impacto positivo nos resultados da entidade, por força da sua transferência para rendimentos, no valor de 300.138,82 € e 293.010,51 €, respectivamente.

(valores expressos em euros)

Relação dos subsídios obtidos		Medida de incentivo				Período de concessão		Quantias concedidas			
		Medida	Entidade concedente	Objeto do incentivo	Forma de concessão	Começo	Fim	Já recebidas	Por receber	Total	
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos	...									
	Subsídios relacionados com rendimentos	Contribuição anual para despesas de funcionamento	Estatutos da Fundação	IGESPAR	Apoio à ativ. operacional	Em dinheiro	01-01-2012	31-12-2012	587.977,41	109.903,11	697.880,52
		Contribuição anual para despesas de funcionamento	Estatutos da Fundação	Município de V. N. Foz Côa	Apoio à ativ. operacional	Em dinheiro	01-01-2012	31-12-2012	-	50.754,95	50.754,95
		Contribuição anual para despesas de funcionamento	Estatutos da Fundação	E. R. Turismo do Douro	Apoio à ativ. operacional	Em dinheiro	01-01-2012	31-12-2012	60.000,00	193.774,73	253.774,73
		Contribuição anual para despesas de funcionamento	Estatutos da Fundação	A. R. H. Norte	Apoio à ativ. operacional	Em dinheiro	01-01-2012	31-12-2012	-	253.774,73	253.774,73
		Contribuição anual para despesas de funcionamento	Estatutos da Fundação	Assoc. Munic. Vale do Côa	Apoio à ativ. operacional	Em dinheiro	01-01-2012	31-12-2012	1.632,00	11.056,74	12.688,74
		Medida ativa de emprego	Contrato Emprego-Inserção	IEFP	Inserção na vida ativa	Em dinheiro		Out-12		201,22	201,22
								649.810,63	619.264,26	1.269.074,89	
Reembolsáveis	...										
Totais								649.810,63	619.264,26	1.269.074,89	



Côa Parque – Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa
Museu do Côa
5150 – 642 Vila Nova de Foz Côa

NIPC 510 058 086

(valores expressos em euros)

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço		Período 2012					Período 2011				
		Demonstração dos resultados		Balanço			Demonstração dos resultados		Balanço		
		Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas nos fundos patrimoniais (Outras variações nos fundos patrimoniais)	Reconhecidas no passivo		Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas nos fundos patrimoniais (Outras variações nos fundos patrimoniais)	Reconhecidas no passivo	
					Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar				Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar
Subsídios relacionados com ativos	Doações – IGESPAR		293.010,51	943.100,63			300.138,82	1.236.111,14			
			293.010,51	943.100,63			300.138,82	1.236.111,14			
Subsídios relacionados com rendimentos	IGESPAR	697.880,52									
	Município de V. N. Foz Côa	50.754,95									
	E. R. Turismo do Douro	253.774,73							60.000,00		
	A. R. H. Norte	253.774,73									
	Assoc. Munic. Vale do Côa	12.688,74									
	IEFP	201,22									
		1.269.074,89							60.000,00		
Reembolsáveis	...										
Totais		1.269.074,89	293.010,51	943.100,63			300.138,82	1.236.111,14	60.000,00		

8.3 – Principais doadores/fontes de fundos.



Côa Parque – Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa
Museu do Côa
5150 – 642 Vila Nova de Foz Côa

NIPC 510 058 086

(valores expressos em euros)

Fontes de fundos		Período 2012			Período 2011		
		Quantias atribuídas no período	Quantias atribuídas acumuladas até ao período	Total	Quantias atribuídas no período	Quantias atribuídas acumuladas até ao período	Total
Fundadores	IGESPAR		275.000,00	275.000,00	275.000,00		275.000,00
	Município V. N. Foz Côa		20.000,00	20.000,00	20.000,00		20.000,00
	E. R. Turismo do Douro		100.000,00	100.000,00	100.000,00		100.000,00
	A. R. H. Norte		100.000,00	100.000,00	100.000,00		100.000,00
	Assoc. Munic. Vale do Côa		5.000,00	5.000,00	5.000,00		5.000,00
			500.000,00	500.000,00	500.000,00		500.000,00
Associados	...						
Membros	...						
Patrocinadores	...						
Doadores	...						
Outros	...						
Totais			500.000,00		500.000,00		500.000,00

Os valores mencionados nesta tabela dizem respeito à realização do capital fundacional, o qual ascende a 500.000,00 €.

À data de 31/12/2012, o valor do capital subscrito mas ainda não realizado ascendia a 4.444,50.

Os subsídios à exploração da responsabilidade dos fundadores não se encontram mencionados nesta tabela, constando da tabela integrante do ponto 8.2..

9 – Acontecimentos após a data do balanço:

9.1 - Autorização para emissão:

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou;

As Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração no dia 30 de Abril de 2013.

9.2 - Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço.



Côa Parque – Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa
Museu do Côa
5150 – 642 Vila Nova de Foz Côa

NIPC 510 058 086

Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram actualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Não foram recebidas informações dessa ordem.

10 - Impostos sobre o rendimento:

Divulgação separada dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de impostos:

a)Gasto (rendimento) por impostos correntes.

A entidade ainda não possui o estatuto de utilidade pública. Nesse sentido, não se encontra abrangida pelo regime de isenção do IRC previsto nas várias disposições constitutivas do Capítulo II do Código do IRC, muito embora o mencionado no Decreto-Lei que criou a Fundação quanto a esta matéria deixe algumas dúvidas quanto a este assunto.

Desse modo, tratando-se de um sujeito passivo que não exerce a título principal uma actividade de natureza comercial industrial ou agrícola, só parte dos seus rendimentos é que se encontram sujeitos a IRC.

Para o exercício de 2012 não resultou liquidação do imposto sobre o rendimento, à luz das regras que pelas quais se regem os sujeitos passivos do IRC que não exercem a título principal uma actividade de natureza comercial industrial ou agrícola.

b)Impostos diferidos

Muito embora a entidade tenha registado em Fundos Patrimoniais o equivalente ao valor dos bens classificados como Activo Fixo Tangível que lhe foram atribuídos em 2011, a título gratuito, pelo então IGESPAR, daí não resultam Impostos Diferidos (passivos por impostos diferidos). Isto porque, os rendimentos anualmente contabilizados que daí resultam não estão sujeitos a IRC.

11 – Instrumentos financeiros:

Políticas contabilísticas

11.1 — Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros, relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.



Côa Parque – Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa
Museu do Côa
5150 – 642 Vila Nova de Foz Côa

NIPC 510 058 086

Principais bases de mensuração dos instrumentos financeiros	Bases de mensuração		
	Custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade	Justo valor através de resultados	Justo valor através de capitais próprios
Cientes e outras contas a receber ou pagar, bem como empréstimos bancários de maturidade e plano de amortização definido	x		
Contas a receber ou a pagar em moeda estrangeira com maturidade e plano de amortização definido			
Investimentos em obrigações não convertíveis			
Instrumentos de dívida perpétua ou obrigações convertíveis			
Um instrumento de dívida que seja imediatamente exigível se o emiteente incumprir o pagamento de juro ou de amortização de dívida			
Empréstimos a subsidiárias ou associadas com maturidade e plano de amortização definido			
Instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável	x		
Investimentos em instrumentos de capital próprio com cotações divulgadas publicamente			
Activos financeiros ou passivos financeiros classificados como detidos para negociação		x	
Derivados (contrato ou direito a adquirir numa data futura) sobre instrumentos de capital próprio cujo justo valor não possa ser mensurado fiavelmente			
Instrumentos de cobertura de risco de taxa de juro fixa ou de risco de preços de mercadorias para mercadorias detidas			
Instrumentos de cobertura do risco de variabilidade da taxa de juro, risco cambial, risco de preço de mercadorias no âmbito de um compromisso ou de elevada probabilidade de transacção futura ou de investimento líquido numa operação estrangeira			

Categorias de activos e passivos financeiros:

11.2 – Quantia escriturada de cada uma das categorias de activos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de activos e passivos financeiros de entre cada categoria.

- a) Activos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados;*
- b) Passivos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados;*
- c) Activos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao custo menos imparidade;*
- f) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao custo;*
- g) Activos financeiros para os quais foi reconhecida imparidade, com indicação, para cada uma das classes, separadamente, i) a quantia contabilística que resulta da mensuração ao custo ou ao custo amortizado e ii) a imparidade acumulada.*



Côa Parque – Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa
Museu do Côa
5150 – 642 Vila Nova de Foz Côa

NIPC 510 058 086

(valores expressos em euros)

Ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao justo valor		31.12.2012			31.12.2011		
		Bases de determinação do justo valor	Cotação de mercado	Quantia escriturada	Bases de determinação do justo valor	Cotação de mercado	Quantia escriturada
Ativos financeiros	Títulos negociáveis	Cotação de mercado	5,4445	23.310,30			
			5,4445	23.310,30			
Passivos financeiros	...						

(valores expressos em euros)

Reconciliação entre as quantias brutas e as quantias líquidas por classe de ativos e passivos financeiros mensurados ao custo menos qualquer perda por imparidade		Período 2012			Período 2011		
		Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas
Ativos financeiros	Cientes e utentes	8.939,01		8.939,01	160,50		160,50
	Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros	4.444,50		4.444,50	105.000,00		105.000,00
	Outras contas a receber	619.764,26		619.764,26			
	Estado e outros entes públicos	1.147,69		1.147,69			
	Caixa e depósitos bancários	122.006,24		122.006,24	454.475,52		454.475,52
		756.301,70		756.301,70	559.636,02		559.636,02
Passivos financeiros	Fornecedores	4.247,24		4.247,24	7.786,22		7.786,22
	Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros						
	Outras contas a pagar	103.752,11		103.752,11	13.137,64		13.137,64
	Estado e outros entes públicos	44.934,01		44.934,01	8.498,79		8.498,79
		152.933,36		152.933,36	29.422,65		29.422,65

12 – Benefícios dos empregados:

12.1 – Número médio de empregados durante o ano;

12.2 – Número de membros dos órgãos directivos e alterações ocorridas no período de relato financeiro;

Colaboradores durante o período	Período 2012		Período 2011	
	Número de colaboradores no final do período	Média de colaboradores durante o período	Número de colaboradores no final do período	Média de colaboradores durante o período
Membros dos órgãos directivos	3	3	3	
Empregados	39	39	39	
Cooperantes				
Voluntários				



Côa Parque – Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa
Museu do Côa
5150 – 642 Vila Nova de Foz Côa

NIPC 510 058 086

12.3 – Informação sobre as remunerações dos órgãos directivos.

(valores expressos em euros)

Remunerações dos órgãos directivos	Período 2012
Benefícios de curto prazo	83.779,15
Benefícios pós-emprego	
Outros benefícios de longo prazo	
Benefícios por cessação de emprego	
Totais	83.779,15

13. Divulgações exigidas por diplomas legais:

13.1 – Honorários respeitantes ao Fiscal Único (sem IVA).

(valores expressos em euros)

Honorários facturados pelos revisores oficiais de contas	Período 2012		
	Honorários facturados	Efeitos das periodizações	Totais
Revisão legal das contas	4.980,00		4.980,00
Serviços de garantia de fiabilidade			
Consultoria fiscal			
Outros serviços			
Totais	4.980,00		4.980,00

13.2 - Dívidas ao Estado e aos trabalhadores em situação de mora.

À data de 31 de Dezembro de 2012, a entidade encontrava-se em mora quanto ao pagamento de contribuições para a CGA e ADSE. No global, o montante em mora relativamente a estas duas entidades ascendia a 22.122,15 €.

Não existem valores a pagar aos trabalhadores em situação de mora.

Nessa mesma data, existem verbas por pagar aos elementos do Conselho de Administração respeitantes a senhas de presença (957,75 €) e de reembolso de despesas efectuadas pelo seu presidente em nome e por conta da entidade (5.791,14 €). Como é natural, estes reembolsos de despesas não se encontram contemplados na tabela supra.

Vila Nova de Foz Côa, 30 de Abril de 2013

O Conselho de Administração




Relatório de Gestão e Contas 2012 - Anexo

Entidade: C6a Parque - Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do C6a
 Demonstração dos fluxos de caixa do período findo em 31.12.2012

RUBRICAS	NOTAS	Unidade monetária: € PERÍODOS		
		2012	2011	
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto				
Recebimentos de clientes e utentes	+	7	165.027,91	1.738,40
Pagamentos de subsídios	-			
Pagamentos de apoios	-			
Pagamentos de bolsas	-			
Pagamentos a fornecedores	-		(593.805,75)	(1.048,30)
Pagamentos ao pessoal	-		(569.675,84)	(1.441,57)
Caixa gerada pelas operações	+/-		(998.453,68)	(751,47)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+			
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	8	594.853,28	60.226,99
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(1)	+/-	(403.600,40)	59.475,52
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis	-	5	(2.390,00)	
Ativos intangíveis	-			
Investimentos financeiros	-			
Outros ativos	-			
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis	+			
Ativos intangíveis	+			
Investimentos financeiros	+			
Outros ativos	+			
Subsídios ao investimento	+			
Juros e rendimentos similares	+			
Dividendos	+			
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(2)	+/-	(2.390,00)	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos	+			
Realização de fundos	+	8	100.555,50	395.000,00
Cobertura de prejuízos	+			
Doações	+			
Outras operações de financiamento	+			
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos	-			
Juros e gastos similares	-		(3.724,08)	
Dividendos	-			
Reduções de fundos	-			
Outras operações de financiamento	-			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(3)	+/-	96.831,42	395.000,00
Variação de caixa e seus equivalentes				
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)	+/-	(309.158,98)	454.475,52
Efeito das diferenças de câmbio	+/-			
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	4; 11	454.475,52	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	4; 11	145.316,54	454.475,52

O Conselho de Administração



OTSC

 José Prodêncio
 NIF 138 536 902
 TOC nº 16174



Entidade: C&oa Parque - Funda&ca˜o para a Salvaguarda e Valoriza&ca˜o do Vale do C&oa

Demonstra&ca˜o dos resultados por naturezas do perído findo em 31.12.2012 e 31.12.2011

Unidade monetâria: €

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍDOS	
		2012	2011
Vendas e serviços prestados	+ 7	158.818,87	1.553,73
Subsídios, doaçes e legados à exploraçao	+ 7	1.269.074,89	
Variâa˜o nos inventârios da produçao	+/-		
Trabalhos para a prôpria entidade	+		
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	- 6	(17.349,76)	
Fornecimentos e serviços externos	-	(560.919,86)	(14.616,64)
Gastos com pessoal	- 12	(700.565,25)	(19.879,23)
Ajustamentos de inventârios (perdas/revers&ocedil;es)	-/+		
Imparidades de dívidas a receber (perdas/revers&ocedil;es)	-/+		
Provis&ocedil;es (aumentos/reduçes)	-/+		
Provis&ocedil;es específicas (aumentos/reduçes)	-/+		
Outras imparidades (perdas/revers&ocedil;es)	-/+		
Aumentos/Reduçes de justo valor	+/-		
Outros rendimentos e ganhos	+ 3 ; 7 ; 8	314.104,45	300.138,82
Outros gastos e perdas	-	(2.090,33)	(0,55)
Resultado antes de deprecia&ccedil;es, gastos de financiamento e impostos	=	461.073,01	267.196,13
Gastos/revers&ocedil;es de depreciaçao e de amortizaçao	-/+ 5	(293.807,10)	(293.654,15)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=	167.265,91	(26.458,02)
Juros e rendimentos similares obtidos	+		
Juros e gastos similares suportados	-	(3.674,08)	(4,46)
Resultado antes de impostos	=	163.591,83	(26.462,48)
Imposto sobre rendimento do perído	-/+ 10		
Resultado liquido do per&iacute;do	=	163.591,83	(26.462,48)

O Conselho de Administraçao

Cç TOC
 Sç de Administraçao
 NÍE 138 536 902
 TOC nó 16174



Relatôrio de Gestâo e Contas 2012 - D.R.

Fernando Ledo, SROC, Unipessoal, Lda

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 280*

Contribuinte nº 510 418 678

Exercício de 2012**Relatório e Parecer do Fiscal Único**

Exmos. Srs.,
Membros do Conselho de Fundadores da
Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa

No cumprimento do disposto na alínea a) do artigo 24º dos estatutos da Fundação, apresentamos o relatório sobre a nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão, contas e propostas apresentadas pelo Conselho de Administração, tudo respeitante ao exercício terminado em 31 de Dezembro de 2012.

Relatório

1. Tendo em consideração as competências e deveres que nos são conferidos por lei, designadamente pelo disposto nos artigos 420º e 422º do Código das Sociedades Comerciais, procedemos, no cumprimento do mandato que nos foi atribuído:

- a) À fiscalização da administração da Fundação;
- b) À vigilância da observância da lei e dos estatutos;
- c) À verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- d) À verificação da exactidão dos documentos de prestação de contas;
- e) À verificação da conformidade dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adoptados com o Sistema de Normalização Contabilística para as entidades do sector não lucrativo;
- f) À apreciação do Relatório de Gestão do exercício elaborado pelo Conselho de Administração, bem como das propostas que nele constam;
- g) À emissão da Certificação Legal das Contas, datada de 30 de Abril de 2013.

2. No desempenho das nossas funções, prevalecemo-nos dos poderes que nos são atribuídos pelo artigo 421º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que, nomeadamente:

- a) Realizámos as verificações de natureza contabilística consideradas adequadas e as verificações físicas entendidas por convenientes;
- b) Obtivemos do Conselho de Administração e dos serviços as informações e esclarecimentos que considerámos necessários.

3. Em consequência de todo o trabalho efectuado, concluímos que:

- a) Os actos praticados pelo Conselho de Administração, que são do nosso conhecimento, enquadram-se no objecto da Fundação e respeitam o cumprimento da lei e dos seus estatutos;

Fernando Ledo, SROC, Unipessoal, Lda

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 280*

Contribuinte nº 510 418 678

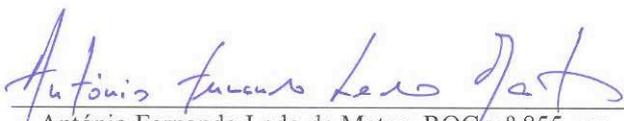
- b) a contabilidade e todos os documentos de prestação de contas (Demonstrações Financeiras) satisfazem os requisitos legais e estatutários;
- c) O relatório do Conselho de Administração satisfaz os requisitos legais, verificando-se a conformidade da informação financeira nele constante com as demonstrações financeiras do exercício.

Parecer

4. Do exposto, somos de parecer que:

- a) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e as contas do exercício de 2012 apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados contida no Relatório de Gestão;
- c) Seja feita a necessária apreciação sobre a actuação da administração e fiscalização da sociedade, nos termos do artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Vila Nova de Foz Côa, 30 de Abril de 2013



António Fernando Ledo de Matos, ROC n.º 855, em
representação de Fernando Ledo, SROC, Unipessoal, Lda

Fernando Ledo, SROC, Unipessoal, Lda

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 280*

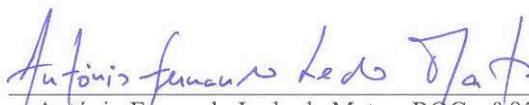
Contribuinte n.º 510 418 678

Face ao exposto e nesse contexto, foi reconhecido nas contas de 2012 da entidade um rendimento pelo valor global de 1.268.873,67 €, do qual ainda se encontrava em aberto (por saldar) a importância de 619.264,26 € à data de 31/12/2012. Desde o início do ano de 2013 até ao final do mês de Abril de 2013, foi apenas recebida a importância de 150.005,32 €, proveniente de um dos fundadores, no âmbito deste tipo de transferências. Confiante de que as instituições devedoras não faltarão aos compromissos a que estão vinculadas por lei para com a entidade (Fundação), a mesma não reconheceu qualquer perda por imparidade com respeito ao crédito ou saldo em questão, pese embora a respectiva magnitude. Se o tivesse feito, os seus resultados, bem como o seu Activo, viriam diminuídos pelo valor correspondente a essa mesma imparidade.

9.2. Embora as Demonstrações Financeiras apresentadas contenham, também, os valores de 2011, a verdade é que os mesmos não são comparáveis com os de 2012. De facto, sendo certo que a entidade funcionou durante todo o ano de 2012, em 2011 esse funcionamento (de forma independente em relação ao então IGESPAR) circunscreveu-se a alguns dias de actividade.

9.3. Face ao constatado no tocante ao conjunto das apólices de seguro subscritas pela entidade, enfatiza-se a necessidade de possuir um conjunto de apólices de seguro suficientemente abrangente e pelos capitais adequados, tendo em vista garantir a continuidade da mesma.

Vila Nova de Foz Côa, 30 de Abril de 2013



António Fernando Ledo de Matos, ROC n.º 855, em
representação de Fernando Ledo, SROC, Unipessoal, Lda

Fernando Ledo, SROC, Unipessoal, Lda
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 280

Contribuinte nº 510 418 678

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012, (que evidencia um total de 1.728.718,84 € e um total de Fundos Patrimoniais de 1.575.785,48 €, incluindo um Resultado Líquido de 163.591,83 €), a Demonstração dos Resultados por Naturezas e dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais, do exercício findo naquela data, e o Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da entidade, o resultado das suas operações, os seus fluxos de caixa e as alterações dos seus Fundos Patrimoniais, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequadas e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Gerência, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



1

Fernando Ledo, SROC, Unipessoal, Lda

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 280*

Contribuinte nº 510 418 678

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa em 31 de Dezembro de 2012, o resultado das suas operações, os seus fluxos de caixa e as alterações dos seus fundos patrimoniais, no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (SNC – ESNL).

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

ÊNFASES

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o seguinte:

9.1. Nos termos do artigo 6º, número 1, do Decreto-Lei nº 35/2011, de 8 de Março, “a partir do ano de 2011, inclusive, os fundadores iniciais e os fundadores que venham a ser reconhecidos como tal inscrevem nos respectivos orçamentos uma verba a transferir para a Fundação, estabelecida através de contrato programa plurianual a celebrar entre cada fundador e a Fundação, destinada a assegurar uma contribuição anual para as despesas de funcionamento.”.

Nos termos do número 2 do mesmo artigo, “ O montante da verba a transferir para a Fundação pelos fundadores iniciais é distribuído de acordo com as seguintes percentagens:

- a) O IGESPAR, I. P., com 55 %;
- b) A Entidade Regional de Turismo do Douro, com 20 %;
- c) A ARH do Norte, I. P., com 20 %;
- d) O município de Vila Nova de Foz Côa, com 4 %;
- e) A Associação de Municípios do Vale do Côa, com 1 %.”.

O acabado de citar vem, também, claramente expresso nos números 2 e 3 do Artigo 6º dos Estatutos da Fundação, publicados no Anexo I ao Decreto-Lei supra referido.

